

SINDICATO, MEIO AMBIENTE E O PAPEL DO SINDICALISMO DE TRABALHADORES RURAIS DIANTE DA QUESTÃO AMBIENTAL

Avanço de investigação em curso

GT15- Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Tarcísio Augusto Alves da Silva¹
Luiz Felipe Soares²

Nos 90 do século XX, o sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco (BR), situado em um contexto de crise do sistema sucroalcooleiro, registrou uma queda de sindicalização ocasionada pelo desemprego provocado pelo fechamento de usinas de açúcar. Tal fato conduziu a Fetape (Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco) a ultrapassar o discurso pela garantia de salários e investir em ocupações de terras. Essa luta permitiu a federação uma maior aproximação com a temática ambiental tendo em vista a necessidade de ruptura com a lógica da produção canavieira e a inserção da ideia de sustentabilidade ambiental, agroecologia e produção orgânica nos assentamentos. Nas décadas seguintes a incorporação da problemática ambiental alarga-se institucionalizando-se por meio da criação de uma coordenação e diretoria de meio ambiente. Neste contexto, o intuito do presente trabalho é analisar os efeitos da incorporação do discurso ambiental pelo movimento sindical de trabalhadores rurais, representado pela Fetape, a sua ação sindical. Procura-se deste modo, compreender como esse movimento se reinventa tomando como referência as demandas ambientais de nosso tempo.

Palavras-chave: Sindicalismo rural, meio ambiente, ação sindical.

1. A incursão sociológica sobre o sindicalismo verde

A presente investigação teve seu percurso iniciado em 2006, todavia por conta das dificuldades com o levantamento de dados ocasionadas, sobretudo, pela: a) inexistência de trabalhos anteriores preocupados com a problemática e b) pela incipiente inserção do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco no debate sobre a questão ambiental a pesquisa foi arquivada sendo retomada seis anos mais tarde. No que concerne ao primeiro elemento, a ausência de trabalhos sobre o tema foi explicada, pois, como demonstrou Assis (2007), até o início da década de 1990, o tema da *sustentabilidade* que já povoava as elaborações de entidades ambientalistas nacionais e internacionais, ainda não aparecia de forma explícita no discurso das organizações de trabalhadores. Quanto ao segundo aspecto, embora os primeiros sinais de um discurso ambiental da Fetape tenham surgido na segunda metade da primeira década dos anos de 1990 só a partir de 2006 é que teremos a institucionalização de práticas que se organizam em torno de uma diretoria e posteriormente da coordenação de meio ambiente.

Anteriormente a este processo, a Contag – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura havia, em 1995, lançado o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) que procurava articular a reforma agrária, política agrícola para o pequeno agricultor e a melhoria das

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

² Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

condições de vida dos assalariados rurais em resposta as condições impostas pelas políticas neoliberais a partir da abertura econômica³.

Do ponto de vista metodológico, os resultados deste estudo e a discussão aqui apresentados são fruto de uma pesquisa bibliográfica em que procuramos realizar um levantamento de pesquisas que tenham abordado a relação sindicalismo rural e meio ambiente, ao passo que paralelo a este trabalho realizamos também uma análise documental de publicações produzidas pela Fetape entre os anos de 1995 a 2013. Neste percurso foi possível acessar os anais de congressos realizados pela federação, panfletos, reportagens publicadas em jornais e documentos disponibilizados no site da federação (www.fetape.or.br).

Em sua etapa final, a investigação tem se concentrado na realização de entrevistas semiestruturadas com assessores, diretores e coordenadores da organização nas pastas mais diretamente relacionadas à temática aqui explorada. Registra-se, entretanto, que acesso a esses sujeitos tem sido um dos elementos mais problemáticos da investigação uma vez que conciliar suas agendas com os momentos de entrevistas quase sempre não tem sido possível.

Por fim, procuraremos ainda analisar outros documentos como as pautas de reivindicações, campanhas salariais e dissídios coletivos na tentativa de verificar se, e quais, demandas ambientais tem sido reivindicadas pela federação.

2. Sindicalismo rural e meio ambiente: uma agenda de pesquisa ainda submersa

Embora o debate e proposições quanto a problemática socioambiental tenham encontrado, no século passado, um terreno fértil para o seu enraizamento, sensibilização social e atenção científica proporcionando, portanto, um amplo processo de ambientalização de discursos e práticas pelos mais diversos agentes (empresas, Estado e sociedade civil organizada), a investigação sobre a relação sindicalismo rural e meio ambiente tem sido negligenciada por uma certa hipermetropia sociológica seja nos campos de estudos tanto da sociologia rural e do trabalho, quanto da própria sociologia ambiental.

No entanto, a compreensão da ausência de uma agenda de pesquisa que procure situar a questão socioambiental em relação a prática e ao discurso do sindicalismo rural não pode ser entendida em si mesma, mas a partir de duas situações.

A primeira diz respeito a influência de um viés que os estudos e o planejamento do desenvolvimento, no Brasil, promoveram e que consiste em enxergar o País a partir das cidades, subtraindo a importância econômica, social e política do campo (ABRAMOVAY, 1998). Entretanto, Schneider (2006) observa que após meados dos anos de 1990 fala-se de um rural *lato sensu* e não apenas da agricultura e da produção agrícola, permitindo que se fosse para além do debate sobre a reforma agrária e assentamentos, das questões relativas aos impactos do progresso tecnológico ou das migrações, de modo a “verifica-se, assim, a afirmação da temática ambiental e da sustentabilidade e o crescente interesse dos estudiosos por novos temas, como a agricultura familiar” (p.02).

A segunda situação, consequência, provável da primeira, compreende a pouca importância dada a investigação social que considere a história e as particularidades do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais. A análise da literatura especializada sobre o tema, por exemplo, demonstra o quanto são restritas (limitadas, muitas vezes, a estudos de caso) as investigações que

³ “Com a elaboração deste projeto o sindicalismo passaria por uma virada, deixaria de apenas criticar as consequências da modernização da agricultura e passaria a propor um novo modelo de organizar a produção nacional sugerindo medidas de reforma agrária, política agrícola diferenciada para pequenos produtores, escolhas tecnológicas adequadas, estabelecimento de uma nova relação homem-natureza, entre outras” (PICOLOTTO, 2012:17).

tratam do sindicalismo rural, no âmbito das pesquisas atinentes ao sindicalismo, uma vez que o interesse sobre esta temática tem priorizado seu foco na realidade dos sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras urbanos (RICCI, 1999).

Por sua vez, Medeiros (2010) vai considerar que nos anos de 1990 novos atores entram em cena e colocam demandas que reconfiguram o significado do rural, entre estas se encontra a valorização da temática ambiental que já vinha sendo incorporada a agenda política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais desde o início da década anterior forjada, sobretudo, pela crítica ao modelo produtivista, a valorização da produção agroecológica trazendo “visibilidade política as chamadas populações tradicionais, consideradas mais capazes de preservar o meio ambiente” (p.38).

Por outro lado, dos poucos estudos desenvolvidos sobre a relação entre sindicalismo rural e meio ambiente têm verificado que a ênfase recai sobre: a ação, o potencial e os desafios das trabalhadoras rurais no âmbito do meio ambiente (DELGADO E LOPES, 1992), a evolução e resultados alcançados pelos sindicatos de trabalhadores rurais no tocante às questões de viabilidade e sustentabilidade na agricultura familiar (MALAGODI, 2004), a reflexão sobre a trajetória de lutas e resistências buscando evidenciar as influências do ambientalismo sob a atuação do sindicato no que se refere às alternativas de desenvolvimento e sua interface com o poder local (PAULA e SILVA, 2005), o processo de incorporação do debate ambiental da FETRAF-Sul (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul), essencialmente, como o tema do meio ambiente ajudou a remodelar o projeto de agricultura do sindicalismo desta Federação (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2012) e a análise dos impactos da incorporação do discurso ambiental sobre a ação sindical no campo (SILVA, 2013).

O resultado de uma análise menos superficial a respeito da ausência de uma agenda de pesquisa que considere a incorporação da questão socioambiental na ação e no discurso do sindicalismo rural revela o quanto se deve avançar na interpretação de categorias sociais que tendem a se inter cruzar, neste caso o sindicalismo rural e o meio ambiente. Todavia, para que isso ocorra se faz necessário que o estudo da organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais possa ser encardido para além dos impactos que a reestruturação produtiva dos anos 1990 causou sobre este movimento sem, no entanto, desconsiderá-los enquanto marco temporal que desafiou os sindicatos fazendo com que as pautas de reivindicações fossem deslocadas da questão econômico-salarial (1980) para garantia do emprego e as tentativas de combate ao desemprego (1990).

A esse respeito o sindicalismo rural precisa ser analisado pela reconfiguração e atualização de sua força, importância e interesse no que diz respeito a luta pela qualidade de vida das populações rurais (sobretudo da ascensão do agricultor familiar em espaços de predominância de trabalhadores rurais), o que requer um esforço para compreender o papel que este tende a desempenhar diante das questões socioambientais que atingem a sociedade geral, mas sobretudo a quem vive no campo. O esforço interpretativo deste fenômeno, por outro lado, não pode ser captado sem que se leve em conta o processo que conduziu não apenas o sindicalismo rural, mas também ao sindicalismo urbano, a buscar “intervir em outras alternativas que ampliassem seu escopo de ação, contribuindo para a consolidação de novas institucionalidades”(SANTANA, 2010, p.52).

3. O espectro da reestrutura produtiva, a crise do sindicalismo e a configuração da ação sindical no campo em Pernambuco

Os impactos da reestruturação produtiva sobre o sindicalismo rural é, também, um fenômeno ainda pouco estudado⁴, no Brasil, considerando seus efeitos sobre a realidade mais específica da organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Neste sentido, apesar de sua ação homogeneizante a reengenharia no âmbito da gestão, da produção e das relações de trabalho produziu, ao final, resultados que foram mais intensos para determinadas categorias de trabalhadores que historicamente se inseriam, mesmos com os direitos conquistados anteriormente, em formas de trabalho mais precários, ou penosos, como é o caso do trabalho na cana de açúcar.

Ressalta-se que a reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro “caracterizou-se por um processo de centralização de capitais, com aumento de falências, fusões, aquisições, de novas unidades produtivas e transferência de capitais de uma região para outra [...] [além da] integração de capitais agrícola-industrial-comercial-financeiro”(DIEESE/MDA, 2007:12). Desta maneira, o processo de falência, fusões e aquisições representou as faces de uma mesma moeda, ou seja, a reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro que era, anteriormente, amplamente subsidiado pelo Estado⁵. Por conta disto, Andrade (2001) questionou a situação de falência dos usineiros, ao observar que o fechamento de uma usina não representava o enfraquecimento de um grupo econômico ou sua falência, uma vez que a transferência de seu capital para outras atividades econômicas, ou regiões, em que as condições, como melhor topografia, e conseqüentemente a mecanização agrícola, se tornam dimensões mais favoráveis a produção.

Como consequência desta mobilidade e metamorfose do capital canavieiro, do ponto de vista da força de trabalho utilizada nas usinas, destilarias e engenhos de cana, tem-se uma drástica redução do contingente de trabalhadores e trabalhadoras empregadas, refletindo o fechamento de unidades produtivas no estado de Pernambuco e seu deslocamento para outras regiões. A reestruturação produtiva na zona canavieira pernambucana, ao reduzir o contingente de trabalhadores e trabalhadoras ocupados no setor, repercutiu em força e intensidade sobre os sindicatos rurais. Embora este fenômeno já tenha se observado em noutro momento da história dos engenhos de Pernambuco com a expulsão de moradores (SIGAUD, 1979) ocasionada pela alteração nos padrões de sociabilidade dentro dos engenhos, decorrente da extensão de direitos para os trabalhadores rurais, o cenário na década de 1990 será um dos mais difíceis para o sindicalismo rural que vê sua capacidade de mobilização reduzida.

O desemprego que assolou o campo, por outro lado, fez com que em meados dos anos de 1990 a Fetape voltasse sua ação sindical para a ocupação de terras. O impacto causado com a crise da agroindústria açucareira estimulou movimentos de trabalhadores rurais, a ocupar áreas pertencentes a proprietários que não tinham condições ou interesse de continuar a exploração de suas terras (ANDRADE, 2001:81). Assim, quando o desemprego na zona canavieira tornou-se muito grande, algumas lideranças, especialmente o secretário de Política Agrária da Fetape, João Santos⁶, assumiu de

⁴ Tendo em vista que esse fenômeno foi amplamente investigado para a realidade dos sindicatos urbanos, observa-se que um dos efeitos mais perversos, a partir dos anos 2000, é que há um aumento nos registros de mortes de trabalhadores rurais canavieiros associado ao excesso de trabalho no corte da cana. A esse respeito

⁵ “No final dos anos 90, o Governo Federal, que tinha uma forte presença no setor, transferiu quase integralmente a responsabilidade de planejamento e gestão para os empresários, que passaram a lidar num regime de livre mercado, em que os preços da cana e de seus derivados são definidos em razão dos custos de produção, da oferta e da demanda” (DIEESE/MDA, 2007:13).

⁶ Na década de 1990, como resultado das políticas de invasão de terras desenvolvidas por muitos sindicatos rurais e conseqüentemente pela própria atuação do MST, a categoria de pequenos agricultores criou uma representação sindical

forma mais comprometida esta questão (LIMA, 2005) em uma resposta clara ao processo de empobrecimento dos (as) trabalhadores e trabalhadoras rurais, ao não pagamento de seus direitos trabalhistas, com o fechamento das usinas, destilarias e engenhos. Para a federação a crise de empregos foi algo perverso para os trabalhadores rurais assalariados, mas positivo pela facilidade de os trabalhadores ocuparem as terras nessa região (FETAPE, s/d).

Estudos realizados em Pernambuco, por Rosa (2004), L'Estoile e Sigaud (2006) mostraram como a ênfase em torno de questões salariais, de ordem trabalhistas ou pela garantia de emprego cederam espaço para novas demandas na zona canavieira em decorrência do processo de reestruturação produtiva da região.

Entretanto as ocupações de terras promovidas pela federação não se dão sem menores conflitos gerenciais, dois quais destacamos dois (ROSA, 2004). O primeiro (ocorre no ambiente interno da federação) é intergeracional, pois foram ocasionados pelas diferentes perspectivas geracionais em que grupos com maior tradição na hierarquia sindical discordavam das posições de grupos com menor experiência, principalmente ao associar às ocupações de terras a ação do movimento.

O segundo, ocorre em relação ao ambiente externo, em que encontramos a concorrência que o movimento sindical fará ao MST – Movimento de Trabalhadores Sem Terra). Deste modo, mesmo que anteriormente os “Sem Terra” e o movimento sindical tenham promovido ocupações em conjunto, o que fez com que o MST tivesse maior legitimidade em todo o estado, noticiários veiculados pela imprensa apontavam para a rivalidade e concorrência entre os dois movimentos na corrida pela reforma agrária nos anos seguintes após meados de 1990. Rosa (2004) discorda que a crise do setor canavieiro tenha influenciado diretamente a mobilização do sindicalismo rural pernambucano no processo de ocupação de terras. Entretanto, o agravamento das condições de trabalho e o fechamento de várias usinas na região não podem ser desconsiderados nesta análise, pois permitiram que ao lado da diminuição do poder de influência do sindicalismo nos anos de 1990 fossem vislumbradas novas frentes de atuação ou se retonasse, aquela que historicamente já foi uma das suas bandeiras de luta – a reforma agrária. Apesar disto, para Leite (2004) muitas das desapropriações foram realizadas em decorrência de questões originariamente trabalhistas.

Foi assim, que em 1995 a Fetape cria a Secretaria de Reforma Agrária, demonstrando claramente uma reorientação em seu foco de luta (ocupações de terra), passando a atuar em respostas as demandas presentes no contexto de fechamento e deslocamento das unidades produtivas (usinas) através da pressão por desocupação de terra.

A ocupação de terras, por outro lado, conduziu à incorporação da questão ambiental a luta do sindicalismo rural, ao mesmo tempo em que muitos trabalhadores rurais foram convertidos em pequenos agricultores por intermédio da reforma agrária, revertendo o processo de proletarianização rural a que várias gerações foram condicionadas (SILVA e SOARES, 2013). Deste modo, o enfrentamento da situação de crise ocasionada pelo fechamento de usinas e engenhos de açúcar impulsionou o sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco a buscar novas frentes de ação sindical. Uma dessas novas frentes se originou, sobretudo a partir da presença dos assentamentos próximos a reservas florestais em que denúncias de crimes ambientais provocados por assentados, nestas áreas, fez com que os pareceres técnicos, no esforço de proteção ambiental, contribuíssem para que “tecnicamente” fossem produzidos preconceitos em relação a incapacidade dos assentados de proteger o meio ambiente (MENEZES, 2000), fazendo com que a federação procurasse se posicionar a esse respeito.

Assim, a incorporação de um discurso ambiental pela Fetape ocorreu em resposta à crise sindical, que afetou o movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, procurando ocupar espaços, definir políticas e propor estratégias que permitissem articular a federação, principalmente, com uma categoria social em ascensão nos quadros de representação do movimento – o pequeno agricultor, situado no contexto da agricultura familiar⁷. Este posicionamento não pode desconsiderar, por outro lado, que a sensibilização ambiental da federação é uma resposta a um movimento mais amplo de visibilidade da questão ambiental conferida a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Brasil, Rio-92, exigindo que governos, a sociedade civil, empresas, movimentos sociais e os indivíduos assumissem posturas sustentáveis, posicionando-se a respeito deste debate.

Neste intermédio, a ação sindical orientada pela ideia de sustentabilidade foi definida pela CUT (Central única de Trabalhadores), na qual a Fetape e a Contag são filiadas, a partir do 4º CONCUT (Congresso da Central Única de Trabalhadores), em setembro de 1991, como preparação a ECO 92.

Foi dentro deste contexto que o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) concebeu, por meio da CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura, o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), em 1995, que buscou questionar o modelo de desenvolvimento até então assumido no Brasil, corroborando, em certo sentido, para o que Santana (2002, p.46) indicou como sendo um dos caminhos que o sindicalismo tem se conduzido em resposta as novas demandas expressas socialmente, indicando o meio ambiente enquanto uma busca de abertura efetiva para estes novos temas.

Por sua vez, especificamente, a experiência do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco vai incorporar, paulatinamente, na segunda metade da década dos anos de 1990 e metade da primeira década de 2000 o debate ambiental em suas proposições. Este tem sido discutido pela diretoria intitulada de Políticas Agrária e Meio Ambiente, criada em 1995, em decorrência da política de invasão de terras promovidas pelo movimento. Entretanto, no espaço de tempo entre os anos de 1995 a 2006, dos dois eixos (política agrária e meio ambiente) nos quais a diretoria estaria responsabilizada, apenas a primeira recebe atenção da federação. Nos anos seguintes, a partir de meados da primeira década de 2000, a federação consegue materializar sua preocupação com o tema meio ambiente ao criar em seu 7º Congresso, em agosto de 2006, a coordenação de meio ambiente, atrelada a diretoria de Políticas Agrária e Meio Ambiente (SILVA e SOARES, 2013).

Entretanto a análise da incursão no debate ambiental no movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco revela o status de ascensão do agricultor familiar na Fetape, como pode ser verificada nas competências atribuídas a Diretoria de Política Agrária e Meio Ambiente, quais sejam: *coordenar e complementar as atividades relativas ao meio ambiente, na perspectiva da realidade do produtor em regime de economia família do Estado*. Interessante observar que no conjunto das atribuições apenas esta é a única que se remete especificamente a preocupação ambiental da federação, demonstrando que mesmo passados mais de 18 anos ela continua ainda um tanto incipientes, apesar de considerarmos um elenco de atividades que vem sendo desenvolvidas pela coordenação de meio ambiente e a representação da federação nos mais diversos espaços de discussão e decisão ambiental.

⁷ Medeiros (2010:36) afirma que, a categoria de agricultores de base familiar na década de 1980, emerge como ator social que conseguiu “produzir seu reconhecimento social e político, obter políticas públicas que lhes garantissem melhores condições de reprodução (como é o caso do Programa Nacional para Agricultura Familiar – Pronaf), ainda que sem salvá-los da ameaça constante de serem atingidos por processos de expropriação, por meio da elevação do preço das terras, do endividamento, etc”.

Isto explicita, de certo modo, os limites de uma ação do sindicalismo rural no que diz respeito a multiplicidade de atores⁸ que podem ser por ele representado. A essa altura, uma proposta de ação sindical que considere a problemática ambiental a partir da realidade das populações rurais não pode se fazer excluindo das proposições o conjunto de agrupamentos que são por ele organizado. Deste modo, onde a realidade de exploração, as condições de exposição aos riscos ambientais e a saúde do trabalhador rural assalariado, tem sido contempladas por este tipo específico de ação sindical?

Malagodi e Bastos (2003:01) afirmam que vários estudos tem destacado o papel exercido pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais na recepção das demandas dos agricultores familiares, de modo a atuarem como “catalisador e gerador de propostas, voltadas à viabilidade e sustentabilidade da agricultura familiar”. No quadro I apresentamos como a Fetape, vem expressando esta centralidade a partir das ações ambientais que a federação tem priorizado. Percebe-se com isto, que se tem secundarizado a realidade dos trabalhadores rurais assalariados vinculados às usinas e engenhos de cana de açúcar (SILVA e SOARES, 2010).

A análise da atuação do MSTR, a partir da experiência desenvolvida pela Fetape demonstra que esta tem atuado, e possivelmente os sindicatos de trabalhadores rurais a ela associados, como um “interlocutor dos agricultores familiares, e se mostrado capaz de pressionar vários órgãos públicos para que esses executem políticas que venham a beneficiar os agricultores de um modo geral” (MALAGODI e BASTOS, 2003:05).

Essa medida parece resguardar a representatividade das populações do campo em torno da própria Fetape tendo em vista que outrora a disputa pela representação e organização da população rural se deu na concorrência com o partido comunista, as Ligas Camponesas e a própria Igreja Católica. Hoje esse cenário tem sido alterado com a chegada do MST e o surgimento da FETRAF – PE – Federação de Trabalhadores da Agricultura Familiar de Pernambuco, que também trazem para si a bandeira de representação de uma parcela cada vez mais importante destes atores sociais.

Ademais, a agricultura familiar é um desafio específico para a região da zona da Mata pernambucana que vive, atualmente, um momento de transição de um modelo fundado no latifúndio (monocultura) para outro de economia pautado no regime de trabalho da agricultura familiar (diversidade agrícola) e altos investimentos em torno da indústria naval, automobilística e petroquímica. Neste íterim, cabe indagar se o processo de ocupação de terras continuará a ser uma orientação sindical da Fetape e como os demais movimentos sociais que atuam na região, e a própria federação, tem refletido a problemática da sucessão na agricultura familiar considerando o baixo interesse de muitos jovens rurais em dar continuidade ao legado familiar na agricultura.

No quadro I apresentamos uma síntese das principais ações que a federação tem desenvolvido no tocante a problemática ambiental. A análise desta ação demonstra que as atividades que foram realizadas concentram-se, fundamentalmente, no trabalho de educação ambiental, conscientização de agricultores e agricultoras, participação em fóruns de gestão social e proposições sobre água, reflorestamento, agroecologia, formas alternativas de manejo e a promoção e articulação de feiras agroecológicas.

⁸ Ricci (1999:31) aponta que uma característica peculiar do sindicalismo rural brasileiro é que ele agrupa em uma mesma, organização sindical “diferentes categorias sociais: assalariados, trabalhadores da lavoura, da pecuária e da produção extrativa rural, e autônomos que mantiverem qualquer forma de parceria ou ainda ocupantes de terra (segundo o estabelecido pelo artigo 2º do estatuto padrão e enquadramento sindical pelo Decreto nº 1.166 de 15/4/1971)”.

Quadro I – Síntese de ações de foco ambiental desenvolvidas pela Fetape

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA FETAPE
1 - Saúde do trabalhador - luta pelo combate aos agrotóxico;
2 - Organização da produção (produtos sem o uso de agroquímicos);
3 - Organização para emissão de licenças ambientais;
4 - Luta pelo o direito de acesso à água;
5 - Discussão sobre os riscos da nanotecnologia e das mudanças climáticas etc;
6 - Promoção do reflorestamento, a qualidade da alimentação, a redução do desperdício, a erradicação dos descartáveis;
7 - Apoio a iniciativas de manejo, como as do assentamento Barra Nova, e a adesão a campanhas como Plante Um Milhão de Árvores e a de Combate aos Agrotóxicos;
8 - Inserção em espaços estratégicos, no âmbito estadual, de proposição de ações de preservação ambiental, que alcancem os povos do campo (Fórum Pernambucano Combate aos Agrotóxicos, o Conselho Estadual de Meio Ambiente e o Comitê Regional de Manejo Florestal);
9 - Realização de feiras agroecológicas;
10 - Articulação de projeto de manejo florestal em vários assentamentos em parceria com o Ministério do Meio Ambiente;
11 - Semana de meio ambiente - Sensibilizar os trabalhadores e trabalhadores e sociedade em geral ao fato de que é necessário conservar os recursos naturais;
12 - Participação em encontros e seminários.

Fonte: www.fetape.org.br

Embora se perceba que a atuação do movimento sindical, liderado pela Fetape, no que tange ações que reforcem uma preocupação ambiental, é necessário refletir que muitas das ações realizadas podem recaem sobre uma dimensão burocratizante imposta pelos órgãos de fiscalização ambiental já que a necessidade de discutir o **licenciamento ambiental**⁹ se dá pelo fato de que a liberação de crédito e infraestrutura só pode ocorrer se áreas estiverem licenciadas.

Por fim, embora incorporação de uma preocupação ambiental por parte da Fetape demonstre o quanto o movimento sindical de trabalhadores rurais tem ambientalizado seu discurso e sua prática, este fenômeno por outro lado, tem expressado a visibilidade cada vez maior do agricultor familiar e de como suas demandas tem exercido influência sobre a formulação de uma política sindical específica.

4. O papel do sindicalismo de trabalhadores rurais diante da questão ambiental

A intensificação da degradação dos recursos naturais a partir do século XX colocou a questão ambiental como tema recorrente de pesquisas em várias áreas do conhecimento à medida que retirando-lhe o rótulo de “modismo” tem se preconizado a importância de tais estudos para a busca de soluções e

⁹ Até o final dos anos de 1980 o sindicalismo brasileiro e, sobretudo, o sindicalismo rural fora criticado por ter se tornado um braço do Estado em que as funções do presidente de sindicato estavam associadas a encaminhar aposentadorias e realizar ações de assistencialismo social. Neste sentido, esvaziar o movimento sindical de seu conteúdo reivindicativo e imprimi-lhe uma orientação voltada para o assistencialismo, reduzindo a ação do sindicato a um órgão “atrelado” ao Estado por via do Ministério do Trabalho (SILVA, 2004) foi uma das características do chamado *sindicalismo de Estado* (BOITO JR, 1991).

enfrentamento da chamada “crise ecológica”. Do mesmo modo, diante de um cenário global que aponta cotidianamente para os impactos e comprometimento da vida no planeta provocado pela ação humana, temos assistidos a uma ambientalização de discursos e práticas sociais que procuram orientar esforços no sentido de atenuar tal fenômeno. Isto implica dizer que, neste cenário, não há um sujeito revolucionário, uma vez que a causa ambiental se materializa por meio de “uma colcha de retalhos” em que os mais diversos agentes se incorporam ao campo ambiental.

A esse respeito, o sujeito ecológico¹⁰ no sindicalismo rural não estaria representado na figura do trabalhador rural canavieiro, mas encontraria no pequeno agricultor sua expressão mais fiel à medida que foi por meio deste ator social que a incorporação do debate ambiental foi realizada pela federação, reforçando a crítica à modernização da agricultura, a expansão da monocultura e do latifúndio e a utilização extensiva e intensiva de agrotóxicos na produção agrícola brasileira.

A causa ambiental, entretanto, deve ser entendida sob a ótica da teoria dos campos propostas por Bourdieu (2005:11), nos permitindo pensar a estruturação de um campo ambiental a partir da luta simbólica para incorporação e definição de um dado mundo social em conformidade aos interesses de um grupo ao impor “o campo das tomadas e posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais”.

Neste sentido o campo ambiental reproduzia em sua esfera, a princípio, a lógica do campo social e de outros campos se considerarmos o quanto este teria ainda que ser problematizado e maturado. Isto implica dizer que a lógica do campo ambiental ocorre muito mais influenciado pela experiência de outros campos do que sobre suas próprias regras e sentidos. Para Gerhasrdt e Almeida (2005:04): “[...] encontra-se em processo a configuração de um *campo ambiental* já relativamente estruturado e que tende, cada vez mais, a legitimar-se enquanto *locus* central das discussões sobre tudo aquilo que diz respeito ao meio ambiente e suas implicações prático-cognitivas” (grifos dos autores).

Assim, se o campo ambiental se configura a partir de um cenário de disputas e posicionamentos em que diferentes agentes expressam suas visões de mundo, cabe ao sindicalismo rural influenciar por meio de suas proposições a formulação de políticas públicas que possam contemplar a melhoria da qualidade de vida das populações rurais, sobretudo, daquelas que são por ele representadas. Esta é uma ação que, de certo modo, o sindicalismo rural brasileiro já vem efetivando, se considerarmos a crítica ao modelo de desenvolvimento que a CONTAG realizou nos anos de 1980 e da formulação do PDRS a partir de 1995.

Entretanto, a pluralidade de atores presentes no guarda-chuva em que se estruturou o sindicalismo rural brasileiro requer que o papel do sindicalismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais de Pernambuco possa considerar a especificidade da realidade de outros trabalhadores e trabalhadoras situados em um contexto de proletarianização, em que os impactos da questão ambiental são expressos pelas formas atuais de precarização e exposição a risco a saúde nas quais estes se veem cotidianamente expostos.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial*. Relatório de consultoria. IICA. Projeto: Bases para a formulação da política brasileira de desenvolvimento rural. Brasília, 1998, Mimeo.

¹⁰ Entende-se aqui por sujeito ecológico “um modo de ser relacionado à adoção de um estilo de vida ecologicamente orientado. Trata-se de um conceito que dá nome àqueles aspectos da vida psíquica e social que são orientados por valores ecológicos. O sujeito ecológico pode ser ainda descrito como um ideal ou uma utopia internalizado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas” (CARVALHO, s/d: 01).

ANDRADE, Manoel Correia de. *A terra e o homem do Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste* (1963). 6ª ed. Recife: UFPE, 1998.

ALVES, Francisco. Processo de trabalho e danos à saúde dos cortadores de cana. In: ©*INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.3, n.2, Artigo 2, abr./agosto. 2008. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br. Acesso em 02 de jul de 2010.

ASSIS, Willian Santos. *O discurso sobre o desenvolvimento sustentável nas organizações de trabalhadores rurais: uma abordagem exploratória a partir dos documentos da Contag*. Textos NEAF, Belém, n. 20, v.1, 2007. Disponível em: <http://www.agriculturasamazonicas.ufpa.br>. Acesso dez 2011.

BOITO JR. Armando. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco A., RAMALHO, José Ricardo (Orgs). *Além da fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: BOITEMPO, 2003.

BOITO JR., Armando. *Sindicalismo de Estado no Brasil – Uma análise Crítica da estrutura sindical*. Campinas: Unicamp; São Paulo: HUCITEC, 1991.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Sujeito ecológico: a dimensão subjetiva da ecologia*. S/D. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4655.pdf>. Acesso em 16 ago 2010.

DELGADO, M. B. G; LOPES, M. M. *Mulheres trabalhadoras e meio ambiente: um olhar feminista no sindicalismo*. Estudos Feministas, ano 0, segundo semestre, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15809/14301>. Acesso em 13 de mar, 2012.

DIEESE/MDA. *Estudo sobre as Convenções Coletivas da categoria canavieira: São Paulo, Goiás e Pernambuco, 1989-2005*. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD Estudos; 17). Brasília: MDA; São Paulo: DIEESE, 2007.

FETAPE - Federação de trabalhadores na agricultura no estado de Pernambuco. *Reestruturação econômica na Zona da Mata de Pernambuco e seus impactos na atuação sindical*. Recife, s/d.

GERHARDT, Cleyton Henrique e ALMEIDA, Jalcione. A dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. In. *Revista Ambiente & sociedade*. Vol. VIII n°. 2 jul/dez 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v8n2/28605.pdf>. Acesso em: 02 jan 2008.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonildes. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: ICCA: NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

L'ESTOILE, Benoit de., SIGAUD, Lygia. *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência etnográfica coletiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Maria do Socorro de Abreu e. *Construindo o sindicalismo rural – lutas, partidos, projetos*. Recife: Editora da UFPE: Editora Oito de Março, 2005.

MALAGODI, Edgard. O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudança. In: WANDERLEY, Maria de N. B. (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas, CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH Unicamp, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Os trabalhadores e seus arquivos: questões em torno da recuperação das lutas no campo. In: MARQUES, Antonio José, STAMPA, Inez Terezinha (Orgs). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

MENEZES, Thereza. Produzindo um território protegido: novas formas de delimitação de fronteira e regulação de conflitos a partir dos usos da legislação ambiental em três municípios da Zona da Mata de Pernambuco. In: *XXII Reunião Brasileira de Antropologia*. Fórum de Pesquisa 3: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, julho de 2000.

PAULA, E. A de; SILVA, M.C.R de. *Sindicalismo Rural, Poder Local e Ambientalismo na Terra de Chico Mendes*. SBS – XII Congresso Brasileiro de Sociologia, FAFICH/ Belo Horizonte-MG, 31 de maio a 3 de junho, 2005.

PICOLOTTO, E. L; BRANDENBURG, A. Sindicalismo da agricultura familiar no Sul do Brasil: da representação de agricultores à representação de agricultores-ecologistas? *36º encontro anual da ANPOCS*, São Paulo: Água de Lindóia. 21 a 25 de outubro de 2012.

PICOLOTTO, E. O sindicalismo da agricultura familiar e a construção da pauta ambiental no Sul do Brasil In: *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara*, v. 5, n. 1, jul/dez. 2012.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do sindicalismo*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP: Fapesp, 2002.

ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: a reforma agrária e as tradições sindicais na zona da Mata de Pernambuco. In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, VI. 47, nº. 3, 2004.

SANTANA, Marco Aurélio. O mundo do trabalho em mutação: memórias, identidades e ações coletivas. In: In: MARQUES, Antonio José, STAMPA, Inez Terezinha (Orgs). *O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2010.

_____. O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos. *Cadernos IHU Idéias*. ano 3 - nº 34. RS: São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. *O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão: uma superação do assistencialismo?* Fortaleza: BNB, 2008.

SILVA, Tarcísio Augusto Alves da, SOARES, Luis Felipe. O movimento sindical de trabalhadores rurais e a questão socioambiental. *Anais do VII congresso latino-americano de estudos do trabalho*. São Paulo: FAFICH/USP, 02 a 05 de julho de 2013.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos*. São Paulo, Duas Cidades, 1979.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). *Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos*. Ijuí: Unijuí, 2006. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/386.pdf>. Acesso em jan de 2010.